

Redes de memórias e administração de saberes

ROSÂNGELA MORELLO

Doutora pelo IEL-Unicamp e pesquisadora do Laboratório de Estudos Urbanos (Labeurb) da mesma universidade

RESUMO

Neste estudo analisamos alguns indícios de contradições que, em nosso ponto de vista, estruturam o forte investimento – simbólico e mercadológico – na cultura ou práticas culturais no Brasil de hoje. Nossa idéia é que, se de um lado esse investimento organiza nossas relações, enquanto sujeitos, com nossas memórias coletiva ou individual, de outro, ele se projeta em redes de significação, mais ou menos estáveis, que interferem nos modos de compreensão das relações entre *memória e cultura* como espaços que forjam a nossa identidade.

Palavras-chave: Linguagem. Redes de Memória. Política cultural

ABSTRACT

This article focuses on the possible contradictions, which, from our point of view, framed the heavy symbolical and merchandizing investment on culture and cultural practices occurring in present times Brazil. Our assumption is that if, from one side, this investment organizes our relationship, while individuals, with private and collective memories, from another side, it projects meaning networks, more or less stable, which interferes in the ways of understanding the relationship between memory and culture as a space of framing our identity.

Key words: Language. Memory networks. Cultural policies

1. ENTRE-TANTO

Considerar que os investimentos nas práticas culturais se realizam, em primeiro plano, por múltiplas articulações aos processos globalizantes da lógica homogeneizadora do capital financeiro constitui, hoje, um foco de intensos debates no campo das análises da cultura. [1] Sobressaem, nesse panorama, as análises dos confrontos entre autonomia e dependência da produção cultural face as forças do mercado, que via de regra definem valores para os bens e mensagens e os distribuem em espaços de distinção e circulação hierárquicos e competitivos. Situada no miolo desses debates, nossa discussão, nesse texto, segue, no entanto, uma via bem específica, e ainda em estado de exploração, a saber: compreender de que modos esses investimentos se organizam discursivamente vindo a compor *redes de memória*.

Para encaminhar essa discussão, examinamos os efeitos desses investimentos na configuração de iniciativas tomadas como naturais e óbvias. De maneira específica, eles são aqui considerados na medida em que instalam circuitos de saberes que apresentam algumas características marcantes, entre as quais nos parece possível destacar:

- Estabilização das relações sociais através de um modo específico de separar o um e o outro, o nós e o eles.
- Atualização de políticas de investimentos sociais através de uma articulação que projeta questões relacionadas à falta de condições de vida sobre o terreno da cultura;
- Promoção de um deslocamento substancial das demandas que se organizam na ordem do trabalho para a ordem da cultura. Nesse caso, salientamos o processo de conversão do trabalhador em espectador/usuário dos bens culturais.

Em nosso ponto de vista, essas características, entre outras, se fundam em processos discursivos que se cruzam e estruturam as relações de investimento nas práticas simbólicas, arregimentando sentidos que determinam em larga escala os processos de subjetivação do sujeito (nossos!) e seus vínculos com uma memória social mais ou menos estável. Essas relações de investimento são, para nós, relações de sentido que vão se estabilizando historicamente. Por meio dessa estabilização é que podemos pensar a conformação de *redes de memórias* cuja materialidade é da ordem do discurso. Quero com isso dizer que são redes que se tecem pela relação do dizer com sua memória, ou seja, com o já-dito, já-ouvido ou já-visto, em condições históricas determinadas. (PÉCHEUX, 1969) Desse modo, para além das evidências empíricas das construções patrimoniais e memoriais - os edifícios, as marcas, as obras, os direitos - essas redes se engendram, em nosso

1 - Em *Culturas Híbridas (2001)*, Canclini nos oferece uma excelente investigação dessas articulações, seus pontos de estrangulamentos e as vias possíveis para uma reconfiguração das relações em vigor. Para uma interpretação da cultura, ver Clifford Geertz, 1989, entre outros.

modo de compreendê-las, como fatos discursivos, tecidos pela linguagem, conformando uma certa direção para as políticas culturais (mas não só) no Brasil.

Tomando como procedimento metodológico as noções de paráfrase (o sentido que se repete) e de metáfora (aquele que muda sem no entanto ser outro completamente diferente) – que designam processos de significação constitutivos do discurso – procuraremos, ao longo desse texto, observar de que modos os espaços de significação de memória e cultura materializam, então, das redes de memórias. Analisaremos traços de algumas práticas “culturais” que marcam a incidência de sentidos que as estabilizam politicamente em um patamar de iniciativas que, no Brasil, funcionam quase sempre numa rede de memória retroflexiva. Problematizando esse patamar, perguntamo-nos sobre a possibilidade de potencializar uma memória projetiva, ou seja, uma *projetória*. Será preciso, para tanto, dar visibilidade aos vínculos como fato estruturante da memória, em suas redes. É pensar esses vínculos implica criar condições para que sustentem o *processo de memorialização das relações sociais* como estruturante de tais redes.

Antes de passar ao próximo item, convém enfatizar que a produção de uma investigação como essa requer um trabalho mais aprofundado sobre os pontos de articulação entre o domínio histórico e subjetivo ligado à estabilização de uma memória coletiva, e o domínio administrativo ligado a um conjunto de procedimentos e técnicas de gestão dessa memória. [2] Isso porque, compreendidas como redes de significações estabilizadas historicamente (PÉCHEUX, 1990), as redes que propomos estudar estão articuladas tanto às diferentes posições discursivas a partir das quais enunciamos – e que estruturam e suturam nosso saber-dizer-fazer –, quanto à elaboração de procedimentos e instrumentos - que administram os saberes e os sujeitos que por elas circulam. O recorte que organiza essa nossa análise segue na direção de podermos indicar de que maneiras as características antes mencionadas se originam nas e ao mesmo tempo promovem as articulações entre os domínios histórico, subjetivo e administrativo.

REDES DE MEMÓRIA: FILIAÇÕES PELO INTERDISCURSO

Pensar a natureza discursiva das redes de memória supõe, inicialmente, mobilizarmos uma certa compreensão da relação que temos com os sentidos, e que pode ser resumida em: não há sentido sem sujeito e não há sujeito sem ideologia.

Esta afirmação fundadora da teoria do discurso postulada por PÉCHEUX (1969) instala, de fato, o ponto de inflexão sobre o qual nos debruçamos, como analistas do discurso, em nossa busca por compreender os processos de significação instalados pela e através da linguagem. A inflexão está no fato de nem

2 - Como antes disse, este texto é parte das pesquisas sobre linguagem e política cultural que desenvolvemos como pesquisadora no Laboratório de Estudos Urbanos/ Unicamp, tendo por suporte a Teoria da Análise do Discurso. Ele se vincula diretamente a um projeto de pesquisa sobre os modos de formulação do conhecimento, com ênfase nesses pontos de articulação, que está em gestação sob nossa coordenação.

o sentido se reduzir àquele presentificado na situação enunciativa onde se realiza, nem o sujeito o controlar, e nem a ideologia poder ser “desnudada”, desvelada. Parece-nos, então, necessário um recuo teórico, nesse ponto, a fim de podermos mostrar de que modos lidamos com essas afirmações.

Consideramos que sujeitos e sentidos se constituem um ao outro por relação com o *já-dito em outro lugar e independentemente*, denominado *interdiscurso*. O interdiscurso figura uma memória do dizer (PÉCHEUX, 1988; ORLANDI, 1990) concernida por um duplo fato: o primeiro deles é que aquilo que cada um de nós diz, e o modo como o fazemos, não nasce em cada um. Ao contrário, sempre se remete a outros dizeres, outros sentidos. O segundo fato é que no dizer de cada um de nós – aquele que assumimos como nosso – um *discurso outro* se diz de modo incontornável, já que pela evidência dos sentidos que dizemos, outros se apagam, ficam silenciados. No entanto, nos esquecemos radicalmente [3] desses fatos para podermos dizer. Os sentidos sobre o que dizemos e sobre nós mesmos se coadunam em nosso imaginário de sujeito sob a impressão de nossa unidade e vontade. É de um sentido completo e evidente.

O interdiscurso, sendo essa memória de dizer, entretece e sustenta evidências a partir das quais nos dizemos como sujeitos. Ou seja, são as evidências produzidas pela memória do dizer que nos levam a nos reconhecer desde sempre como sujeitos, possuidores de um nome próprio, fazendo X ou Y, com tais e tais gostos etc. É são elas que designam o espaço de funcionamento da Ideologia, no modo como aqui a consideramos. Porque não é possível nos pensarmos como sujeitos, com nossa identidade, nossos desejos, tarefas, etc, “fora” daquilo que evidentemente nos é dado dizer, saber, sentir, querer. [4] Esse espaço das evidências interdiscursivas funciona, assim, como um espaço primordial de identificação para cada um de nós experienciar nossa relação com o mundo.

No entanto, esse espaço de evidências, embora inevitável, não se produz de maneira uniforme nem homogênea: está condenado a se dar por uma relação de contradição e contraidentificação de cada um de nós com os sentidos que nos antecedem e sustentam, e se realiza para cada um como filiação a uma formação ideológica (e social) e não outra, que estão sempre em confronto, ora imbricando-se, ora separando-se.

Por meio dessas considerações, interessa-nos ressaltar, para os objetivos desse texto, que afirmarmos-nos como sujeitos investidos de e em um certo modo de significação individual e socialmente estabilizado supõe a possibilidade de localizarmos inúmeras marcas de subjetividade que nos erigem e unificam. É que permitem, por isso, nos afastarmos ou nos aproximarmos do *outro*. Cor, sexo, nacionalidade, profissão, região, filiação, preferências, e tantas outras, são, nesse

3 - Este esquecimento diz respeito a um desconhecimento que funda o funcionamento do inconsciente e da ideologia, como analisa PÉCHEUX (1969) e que se dá tanto de modo radical, porque inconsciente, como parcial, na medida em que pode ser observado pelos inúmeros indícios de retorno do sujeito ao que “esquece”, como é o caso dos atos falhos, chistes, e todas as marcas que mostram a heterogeneidade do dizer nele mesmo.

4 - ORLANDI (1987) define ideologia não como ausência, mas como o muito cheio, aquilo que preenche todas as faltas, não deixa bordas.

sentido, regiões de significação de marcas de subjetivação. Quando nos dizemos com e partir delas, realizamos um corte imaginário, ideologicamente sustentado (porque funciona como evidência), de circunscrição e definição de sentidos para nós mesmos e o outro, nesse domínio de memória do dizer.

No entanto, pela relação com o interdiscurso, essas marcas são também os indícios de processos de significação através dos quais, imaginariamente, nos afastamos ou aproximamos do *discurso outro* que insiste em nosso dizer. Ou seja, elas mostram o outro do qual nos separamos, mas que significa no que pensamos, somos e dizemos (se me digo negro, estou também me dizendo não-branco, não-indio, não-amarelo!). Mostram, além disso, o outro como discurso-outro, memória interdiscursiva, aquele insiste como “como lei do espaço social e da memória histórica, logo, como o próprio princípio do real sócio-histórico.” (PÉCHEUX, 1990: 37) O discurso-outro é, portanto, ele mesmo memória, apresentando-se como um *já-dito em outro lugar e independentemente* (idem) em articulação a qual fazemos sentido, mas da qual nos esquecemos para podermos nos dizer.

Esse modo de compreender a constituição do sujeito e do sentido, isto é, a constituição de cada um de nós em nossos dizeres, afeta a análise que propomos dos processos de subjetivação e de institucionalização e administração dos saberes.

Pela relação com o interdiscurso, a compreensão que trazemos de memória tem a espessura das relações de sentidos discursivamente constituídas e ideologicamente sustentadas. Por meio dessas relações, adentramos, como antes ficou indicado, numa região de encavalamentos entre o subjetivo e o social, marcada por uma distensão/disjunção entre simbolizar-se e engatar no imaginário dos sentidos praticáveis ou disponíveis. Podemos então conjecturar que esse processo de simbolização, por meio do qual se constitui a memória individual e coletiva, requer a “existência” de espaços de estruturação de filiações históricas e de possibilidades para que estas filiações se repitam e se organizem em redes. Redes que têm, por isso, memória. De onde podemos afirmar que há discursivamente *memórias de memórias*: vínculos de sentidos que nos conduzem, sustentam critérios, garantem técnicas, propõem trajetos, e nos permitem dizer e organizar o memorizável. Ou seja, redes de memória, que são materialmente *memórias de memórias*.

Se essa hipótese se sustenta, deveremos assumir que há redes de memória estabilizadas, que podem ser percebidas pela uma repetição histórica dos sentidos, porque interdiscursiva, dos sentidos, e que tais sentidos se regularizam através de instrumentos e procedimentos que as redes mesmas geram ao se constituir.

Estabilizadas, sim, mas não completas ou plenas. Porque essa nossa proposta está assentada numa compreensão discursiva de memória, isto é, numa compreensão de memória que não pode

“ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e retomadas, de conflitos de regularização. um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos.” (PÉCHEUX, 1999: 56)

Seguir na busca dos traços discursivos que estabilizam as redes de memória supõe, portanto, reconhecer desde o início sua contraposição aos traços que as desestabilizam, e que talvez possamos potencializar a fim de não ficarmos presos ao sentido dado. Mas que traços são esses que nos indicam os modos estáveis de constituição das redes?

MEMÓRIAS DE MEMÓRIAS: DISJUNÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE SENTIDOS

Observando de que modos funcionam um conjunto de iniciativas, e quais as demandas de identificação que produzem sobre nós, notaremos traços que as assemelham, que se repetem e migram entre elas.

Primeiramente, é possível afirmar que as práticas culturais e toda a aparelhagem (recursos, instrumentos, locais, relações, negociações) que mobilizam fortalece fronteiras entre *diferentes*. Ou seja, produzem séries de sentidos que associam e separam os sujeitos e suas práticas, promovendo uma rede de infinitos pontos de diferença, cada vez menos identificáveis em suas fronteiras. É que nos conduzem a perscrutar o espaço híbrido das identificações, como propõe Canclini (*idem*). Uma direção importante para nosso trabalho, a ser considerada noutro momento.

Retomando a direção de nossa proposta, o ponto que nos interessa é que, se consideramos o vigor que as caracteriza atualmente, é possível dizer que esse vigor se sustenta em um discurso de fortalecimento da sociedade, da diversidade que esta abriga, e do engajamento do sujeito no espaço da representação político-administrativa. Por esse engajamento, que é também o de filiação às redes de memória, alça-se o sujeito em suas práticas cotidianas a uma posição-sujeito investido de uma memória, uma cultura, uma história. Esse um ponto da contradição de que falamos.

De fato, através das iniciativas implementadas pelas práticas culturais, notaremos a formulação de muitas passagens para e pelos sentidos de sujeito, memória, cultura, língua, ou identidade. Por meio dessas passagens, a construção de condições para a emergência de novos sentidos, requerendo novos espaços de interpretação, pode chegar a alterar definitivamente os circuitos de saberes estabelecidos. [5]

5 - Veja, por exemplo, o trabalho do Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Políticas Linguísticas/IPOL www.ipol.org.br sobre a oficialização de 3 línguas indígenas no município de São Gabriel da Cachoeira, Alto Rio Negro, Amazonas.

Mas pela trajetória dos sentidos em sua evidência histórica, a formulação desses novos espaços seguem no batimento contraditório de ter que formular a diferença. Se consideramos, por exemplo, o que pode ou não entrar no limite em que se diz uma diferença cultural, devemos reconhecer que a possibilidade de etiquetar qualquer modo de significação como cultura ou cultural não se processa sem dizer o que não lhe convém. Esse confronto, longe de estancar os sentidos que aí se dividem, coloca em evidência, justamente, possibilidades de comparação e separação, de ordenação dos sentidos e dos sujeitos, evidentemente constituídas.

Quero com isso dizer que a linha limítrofe entre diferentes se traça em meio a paráfrases que se alinham de modo a arregimentar sentidos para o sujeito significar-se em suas diferenças. Assim, notaremos ao menos três alinhamentos produtivos, que operam sobre distinções sutis entre, por exemplo, de cultura, na cultura, da cultura. Como quer que as consideremos, essas distinções metaforizam uma divisão de fundo que é da ordem do saber e da ideologia. Divisão política entre imaginários que dizem os sujeitos a partir de diferentes posições: uma de centro, naturalizada como a do saber: o sujeito *de* cultura; outra inevitável: sujeito *na* cultura; e outra, por fim, marginal, do sentido alternativo e também exótico: sujeito *da* cultura (indígena, negra, hip hop, da rua etc).

De fato, essas divisões serão multiplamente significadas pelas formas de funcionamento do mercado global, que através de mecanismos de produção, distinção e circulação ora as conjugam, ora as opõem, criando circuitos para se estabelecerem os vínculos sociais.

Observando essas contradições que atravessam as redes de memória, podemos dizer que o vigor nos investimentos culturais acaba por alimentar-se avidamente de uma *lógica disjuntiva* (PÊCHEUX, 1990) que administra os saberes e seus sujeitos. Essa lógica, segundo Pêcheux, se dispõe numa relação com um saber estável de ciência régia, ou seja, um saber positivo, mensurável, obviamente “real”, que engendra toda uma série de técnicas materiais de exploração dos processos naturais (destinados a promover as transformações físicas ou biofísicas) e de gestão social dos indivíduos (destinados a administrar o saber e seus sujeitos) que torna absolutamente cotidiana a necessidade de

“marcá-los, identificá-los, classificá-los, compará-los, colocá-los em ordem, em colunas, em tabelas, reuni-los e separá-los segundo critérios definidos, a fim de colocá-los no trabalho, a fim de instruí-los, de fazê-los sonhar ou delirar, de levá-los a guerra e de lhes fazer filhos...”
(idem, 30)

Na medida em que, pela lógica disjuntiva, se supõe uma separação entre os sentidos no mundo, engendra-se também a necessidade de nos dizermos de um ou outro modo, a partir de uma ou outra posição, sobre isso ou aquilo. Ela configura, assim, um espaço administrativo (encampado pelos espaços jurídico, econômico e político) que repousa sobre uma proibição de interpretarmos (a nós mesmos e aos outros) “fora” das oposições, de podermos nos dizer de um modo e de outro, sem que isso gere toda espécie de desconforto; que repousa, portanto, sobre o uso regulado de proposições que transparece em uma descrição adequada do universo, reverberando num real designado como um conjunto de coisas-a-saber. Ou seja, coisas que perfazem um mundo semanticamente estável, partes “de uma urgência tão viva, tão universalmente humana,..., que o fantasma desse saber, eficaz, administrável e transmissível não podia deixar de tender historicamente a se materializar por todos os meios.” (idem, 35)

A ótica desse domínio lógico administrativo parece bem regular a efervescência das práticas culturais e seus modos de funcionamento e gestão que muito intensamente nos ocupa hoje. Colocá-la em perspectiva de análise significa, para nós, a possibilidade tanto de rastrear sua memória – a dos dizeres que a sustenta –, quanto de indagar sobre onde e por que meios é possível dar visibilidade para suas contradições de modo a produzir condições para que novos gestos de formulação, não-disjuntivos, possam ser potencializados.

Para além de um trabalho que as lista ou as descreve em suas especificidades, são seus modos de inscrição contraditória na história de um país como o Brasil, e suas conformações em redes de memória, que nos parece necessário compreender. Nesse sentido, parece-nos que, submetido a políticas colonizadoras dos espaços de produção e vínculos de saberes, o investimento nas práticas culturais sintomatiza o fato de termos nos estabilizado politicamente em um patamar de iniciativas que as fazem funcionar quase sempre retroflexivamente. Quero com isso dizer que faz parte de nossa forma política de investimento social uma tomada quase sempre corretiva, de melhoria de um estado de coisas, em vez de produção de novas condições. O esforço maior é dispensado no sentido de sanar o “dano”. [6] Essa hipótese deriva de nossas investigações sobre a discursividade do comentário e a escrita da autoria no Brasil, (MORELLO, 2001; 2003) e percorre nosso projeto de investigar os modos de formulação de conhecimento. (MORELLO, 2003) Focalizar a produção das condições se coloca, em nosso ponto de vista, no contraponto desse funcionamento retroflexivo, porque requer potencializar uma memória projetiva, ou seja, uma *projetória*.

Será preciso, para tanto, focalizar o reverso da lógica disjuntiva para assuntar

6 - Estamos aqui pensando em um grande número de depoimentos nos quais aparece, de modo recorrente, uma avaliação de que, no Brasil, se executam trabalhos que assumem uma função corretiva, salvadora, de um dano já instalado, correlatos à ausência de trabalhos que promovam projeções e alianças para sustentar o a-vir.

o não-lógicamente-estável que “marca a existência de um real “constitutivamente estranho à univocidade lógica, e um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos.” (PÉCHEUX, 1990: 43)

A questão específica que então se coloca é que as passagens cavadas a partir do não-estabilizado não se deixam de ficar expostas à evidência do já-dito, e ao equívoco das contradições que as engendram.

De modo bastante resumido, direi que no momento mesmo em que as passagens a que antes me referi vazam a homogeneidade lógica, fazendo significar a diferença, elas sintomatizam um espaço equívoco de significação das relações sociais e seus modos de institucionalização e administração. Esse equívoco assume para nós a forma de um jogo de sentidos que as empurram ora para uma discursividade de terapia do outro real-sócio-histórico, ora para a de uma expiação daquilo que esse outro demanda. *Terapia e expiação* se apresentam, em nosso entender, como um duplo modo de administrar sentidos e sujeitos na rede de memória.

Com o objetivo de encaminhar a discussão, teceremos, a seguir, considerações sobre os processos discursivos que sustentam esse equívoco, e que nos levaram a formular as três características fundamentais dos processos de investimento na cultura, explicitados no início deste texto.

TERAPIA E EXPIAÇÃO DO OUTRO: REGULAGENS NAS RELAÇÕES SOCIAIS

Na perspectiva de nossas análises, a terapia e a expiação organizam relações de sentido que vão riscando (e também criando riscos) os processos de memorialização das relações sociais. Porque estreitas são suas articulações com a massiva transferência de um conjunto de ações sociais do corpo do poder público e privado para o corpo do sujeito – ele as assume para si, trazendo-as para seu cotidiano e orçamento – e isso sob a égide de não poder deixar de ser um “sujeito-cidadão”.

Diremos que ambas despontam como discursividades que regulam fortemente os conflitos sociais no Brasil de hoje. Sem poder adentrar nas muitas nuances de seus modos de funcionamento, seguiremos aqui alguns traços que as caracterizam, com o intuito de marcar sua incidência na regularização de redes de memórias.

Pela injunção à lógica disjuntiva, os investimentos simbólicos na cultura acabam fortalecendo uma pretensão a se restaurar *o outro* em prol de um *dever ser*, que se associa à forma de um espaço social ainda *por-vir*, a ser habitado por *sujeitos melhorados*. Por esses mecanismos, age-se por certo sobre os vínculos sociais.

No entanto, trabalha-se sobre eles de modos a denegá-los em suas contradições no espaço/tempo presente. Ou seja, os conflitos que os caracterizam e que derivam de lutas por mudança nas condições de significação do sujeito – na divisão dos sentidos que sustenta essas lutas reside o político, como propõe PÉCHEUX (idem) – devem ser *tratados* e as contradições que os engendram, *suprimidas*. Disso advém o sentido de terapia aqui em foco.

Trata-se, em nossa perspectiva, de um modo de regulagem das relações sociais que sustenta diversos e camaleônicos processos de exclusão e dominação. Na relação com a terapia, como estou propondo, esse processo é contemporâneo à idealização e naturalização da forma sujeito-cidadão. O chamado à cidadania passa por transferir ao espaço da cultura, da identidade e do desejo do sujeito, medidas e soluções de natureza eminentemente político-econômica, como saneamento básico, saúde, educação etc. Ele funciona, desse modo, como um espaço de terapêutica de cada um na direção de uma identidade cidadã coletiva por meio da qual se pretende processar um estado mais consensual de convivência das diferenças. Podemos tomar emprestadas as palavras de RANCIÈRE para marcar essa espécie de restauração, dizendo que ela se liga

“a uma terapêutica social de reconstituição do tecido comunitário, para devolver a cada excluído a identidade de uma capacidade e de uma responsabilidade mobilizadas, para instaurar em todo habitat abandonado uma célula de responsabilidade coletiva. O excluído e o subúrbio abandonado tornam-se os modelos de um novo contrato social e de uma nova cidadania, edificados no ponto em que a responsabilidade do indivíduo e malha do laço social se desagregam.” (1996: 116)

Mas não só.

No outro lado dessa mesma moeda, podemos observar ainda, na conformação do espaço equívoco de funcionamento das redes de memória, a discriminação dos trajetos específicos por onde o *sujeito a ser*, em suas demandas, pode “livremente” circular. Assistiremos, por exemplo, um movimento de concentração por grandes corporações de bens e valores, espaços e objetos, ligado a um outro de amplificação das malhas destinadas à sua circulação em espaços restritos. No compasso dessa concentração e exposição pública de objetos super-valorados, essas mesmas grandes corporações implementam medidas variadas de incentivo ao cultural. Entretanto, no mesmo compasso, em nome de uma contenção de custos, reduzem seus investimentos em “recursos

humanos” através de garantias de trabalho.

Produz-se, nesses deslocamentos, uma interdição para o sujeito. Ele deixará de circular no espaço de significação produzido pelo trabalho e pelos vínculos que o sustentam. A demanda por trabalho “deixa de significar” porque se refrata em um espaço de significação saturado pelo excesso de sujeitos trabalhadores. Os índices de desemprego somam uma larga margem! Ao mesmo tempo, no vazio gerado pela saturação passa a vigorar amplas possibilidades para que esse mesmo sujeito circule e aprecie vitrines, obras, catálogos. As demandas por significação vão ecoar, desse modo, no espaço fluido do consumo, sustentando a transformação do trabalhador em, no máximo, público espectador. Nessa relação com o mercado, os investimentos na cultura administram a interdição, criando o circuito do sujeito-espectador-contemplador (quando possível!). Esse deslocamento caracteriza o funcionamento da expiação, na medida em que a especiação substitui o trabalho de produção. É em nossa compreensão, o sentido que expia se garante na suspensão daquilo que ele suprime, ao se constituir. E opera no mais alto grau de completude.

Assim é que nos parece possível poder localizar, nos limites do cultural e suas paráfrases e metáforas, [7] a tecitura de redes de memórias cujas memórias atualizam um jogo de dominação econômica e de uma política cultural terapêutica e expiatória. Esse jogo fundamenta, pela evidência que o constitui, séries de classificação de objetos e pessoas em “acervos”, desembocando na estruturação de um espaço de estabilidade lógica que, conforme Pêcheux, sustenta a organização e administração de sentidos e sujeitos numa sociedade como a nossa. Ao discutir suas evidências, notamos deslocamentos nos sentidos de diferença, cultura e memória e acompanhamos, em linhas gerais, os modos em que esses deslocamentos vão permeando os investimentos em políticas econômicas e sociais.

Ao longo do texto, enunciamos a necessidade de discutirmos em que medida podemos viabilizar o investimento no confronto político, dando condições para que as práticas culturais mobilizem as contradições que afetam o sujeito em sua constituição pelas redes de memória. Nossa idéia é que, à maneira do que se figura no trabalho de oficialização das línguas indígenas, seria importante focalizar os vínculos sociais, porque eles são os indícios de processos de memorialização das relações sociais. E são essas relações que recortam, organizam, qualificam, disponibilizam ou esquecem, mostram ou silenciam objetos e sujeitos, em suas memórias. Potencializa-se, por elas, a possibilidade de projetar novos vínculos. Outras redes.

7 - Pouco explicitamos as formulações das paráfrases e metáforas na constituição das redes de memória ao longo desse texto, pois nos interessou seguir os rastros de seus modos de estruturação.

BIBLIOGRAFIA

- CANCLINI, N. G. *Culturas Híbridas*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 2001.
- GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- Lei nº. 145 de 11 de dezembro de 2002, dispõe sobre a co-oficialização das Línguas Nheengatu, Tukano e Baniwa, à Língua Portuguesa, no município de São Gabriel da Cachoeira/Estado do Amazonas. Em www.ipol.org.br
- MORELLO, R. "A língua portuguesa pelo Brasil: diferença e autoria." Tese de Doutorado. Campinas: IEL-Unicamp, Unicamp, 2001.
- _____. "Do cultural ao civilizado: quando o conhecimento nos transporta", in: *Produção e Circulação do Conhecimento: Política, Ciência, Divulgação*. Campinas: CNPq/NJC/Pontes, 2003.
- _____. "Definir e linkar: em que sentido?", in: *Para uma Enciclopédia da Cidade*. Campinas: CNPq, Labeurb, Pontes, 2003.
- ORLANDI, E.P. *Análise de Discurso: Princípios e Fundamentos*. Campinas: Pontes, 2000.
- _____. *As Formas do Silêncio: no Movimento dos Sentidos*. Campinas, Unicamp, 1992.
- PÊCHEUX, M. "Rôle da la mémoire", in: *Histoire et Memoire*. P. Achard, M-P. Gruenais, D. Jaulin (orgs). *Actes de la Tables Ronde "Langage et Société"*, ENS-Paris, Avril/1983. Trad. Bras. de NUNES, J.H. *Papel da Memória*, Pontes, 1999.
- _____. *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.
- _____. "Análise Automática do Discurso", in: *Por uma Análise Automática do Discurso: uma Introdução a Obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Unicamp, 1990.
- _____. *Semântica e Discurso: uma Crítica à Afirmação do Óbvio*. Campinas: Unicamp, 1988.
- RANCIÈRE, J. *O Desentendimento – Política e Filosofia*. São Paulo: Hucitec, 1996.